

# POR UMA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE: GLOBALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Antonio Carlos PINHEIRO\*

## RESUMO

Este artigo apresenta um breve histórico do ambientalismo, suas raízes teóricas e as relações com o desenvolvimento da sociedade industrial globalizada na atualidade. As ações políticas dos países sobre as questões ambientais são expostas visando um questionamento da dicotomia entre os países ricos do norte e os países pobres do sul, considerando que estes problemas são ao mesmo tempo locais e globais.

**Palavras chaves:** ambientalismo - globalização - espaço - desenvolvimento sustentável - sustentabilidade

## ABSTRACT

This paper presents a brief historical review about environmental science, its theoretical construction and relationship with the developing economic global process. Different policies about environmentalism are explored throughout the dichotomy between rich and poor nations, especially trough aspects of local and global instances.

**Key words:** environmentalism, globalism, space, supportable development, sustainability

---

(\*) Professor do Departamento de Geografia da PUC-Campinas.

## INTRODUÇÃO

O mundo que hora vivenciamos apresenta uma constante dinâmica nas transformações da produção e do consumo. Tais esferas se sobrepõem, articulando a natureza e a sociedade, tornando-as, cada vez mais, parte integrante de um mesmo processo.

A intensificação do capitalismo industrial, ampliou os modelos de racionalização da modernidade ocidental exportando, para todos os países do mundo, padrões de apropriação da natureza, acarretando forte degradação sócio-ambiental. Os processos de degeneração dos ecossistemas, tendem a provocar um prejuízo global, embora os níveis de percepção ambiental, estejam mais nítidos para as populações dos países ricos do Norte; por outro lado, o peso da degradação é profundamente sentida pelas populações dos países pobres do Sul.

O movimento ambientalista resulta destes processos, alimenta-se da necessidade da manutenção e criação de uma sociedade baseada no desenvolvimento sustentável. A globalização da sociedade ocidental, contrapõe-se à natureza, interagindo por meio dos instrumentos tecnológicos e científicos desenvolvidos historicamente.

As reflexões expostas neste texto, não são definitivas. Muitas delas aqui lançadas, deixam mais dúvidas que certezas e constituem um desafio para a continuidade das reflexões sobre o tema. Deste modo, as afirmações que se encontram no decorrer do texto, podem ser submetidas à críticas e sugestões, possibilitando o aprofundamento, e novas formulações sistemáticas.

## O CONTEXTO DO AMBIENTE MUNDIAL NA GLOBALIZAÇÃO

A globalização, exposta aqui, é entendida como um processo de intensificação da modernidade ocidental e a tecnificação das

relações sociais em todos os níveis, uma globalização da racionalidade instrumental (Ianni-1996). As várias metáforas apontadas por Ianni, como: Aldeia Global, Fábrica Global, Economia-Mundo, Tecnocosmo, são consideradas válidas na medida que estas versões, cada qual de forma distintas, encontram um denominador comum, analisam um mundo que, na definição de Viola e Olivieri (1997), resulta de um capitalismo globalizado, informatizado em escala planetária, subordinando outros subsistemas sociais ainda existentes pelo mundo.

A globalização não é homogeneização. Os limites entre o nacional e o internacional tendem a se diluir e a relação interno-externo torna-se cada vez mais porosa. Essas transformações em curso na política mundial, definem um enfraquecimento no Estado-Nação e uma crise geral de legitimidade das autoridades tradicionais do sistema internacional. A erosão parcial do Estado Nacional como centro regulador da vida social, apontado por Viola e Olivieri (1997), implica em fragmentações das sociedades nacionais (Rússia, Iugoslávia, etc).

Com o processo de internacionalização do capital e desenvolvimento das forças produtivas, intensificados após o final da 2ª guerra mundial, tendo como suporte, a ciência e a tecnologia, fez com que a capacidade da exploração dos recursos naturais aumentassem, para satisfazer o grande surto consumista que verificou-se, nos anos subsequentes, em vários países do mundo.

O termo fábrica global, advém do processo de internacionalização do capital. O processo de dispersão geográfica revelou-se na produção, na tecnologia, na força de trabalho, na divisão do trabalho social, no planejamento e no mercado. Com isto, globalizou-se as instituições, os princípios jurídico-políticos, nos padrões sócio-culturais e nos ideais que constituem as condições e os produtos civilizatórios do capitalismo (Ianni-1996).

A globalização que hoje se configura, traz implícita a idéia de modernização que, também, leva consigo a idéia de ocidentalização. Na modernização, estão presentes as idéias de democracia: os

direitos de cidadania, institucionalização das forças sociais. Apóia-se em uma visão de bem estar geral, por meio da divisão do trabalho social e da produção, da economia e da liberdade (liberalismo e neoliberalismo). Mas os processos de globalização e modernização, produzem desenvolvimentos desiguais, desencontrados, contraditórios. No mesmo curso da integração e homogeneização, desenvolve-se a fragmentação e a contradição. A globalização é sempre um processo de pluralização dos mundos (Ianni-1996).

Com relação à natureza, Santos (1996) aponta que a história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Hoje a ação entrópica tem efeitos continuados e cumulativos. Atualmente com a mundialização da economia, formou-se um modelo técnico único. Este processo unificou o planeta e a natureza.

Para Rodrigues (1994), a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza; diz respeito, pois, não apenas a problemas relacionados à natureza mas às problemáticas decorrentes da ação social.

A transferência de tecnologia, por meio da criação de novos centros de produção e consumo, acarretou um aceleração das transformações espaciais, gerando, sobretudo nos países pobres, hoje industrializados, movimentos migratórios, êxodo rural, crescimento populacional e desmedida urbanização. Conseqüentemente, gerou a necessidade de intensificar a apropriação dos recursos da natureza, em escala cada vez maior, para alimentar esse modelo industrial, provocando em poucos anos um processo de degradação ambiental sem precedentes na história da humanidade.

A globalização ampliou ainda mais este processo de degradação; por outro lado, despertou na população mundial maior interesse pelos problemas ambientais, de justiça social, entre outros, que, gradativamente, adquirem enormes proporções no cotidiano das pessoas. Cada lugar revela o mundo e é suscetível de intercomunicação. A ciência, tecnologia e informação são a base da vida social atual. O

meio geográfico inclui no território essa característica. O território é uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente dados e usados, segundo tempos diversos (Santos-1996).

## **O MOVIMENTO DO AMBIENTE NO ESPAÇO MUNDIAL**

O movimento ecológico existe de longa data; pode-se dizer que tal preocupação, de forma consciente, ocorre desde o final do século passado. Considera-se que a influência da questão ambiental no movimento ecológico começa a se materializar nos anos 60. Nesta década, em vários países do ocidente, como na França e nos Estados Unidos da América (EUA), havia um movimento radical de ruptura dos valores da sociedade industrial capitalista. Com forte significado contra-cultural (movimento Hippie nos EUA, por exemplo), esse movimentos despertaram vários estudiosos para o questionamento da sociedade industrial como um todo, inclusive para as questões ambientais. No campo acadêmico universitário, a forte influência da escola de Frankfurt, sobretudo de autores como Marcuse e Adorno, embasavam esses movimentos.

Este processo influenciou vários cientistas sociais que passaram a rever os seus conceitos sobre o Estado e a sociedade civil. Tradicionalmente, o Estado era analisado como sendo separado da sociedade civil, faltando uma visão de conjunto. O espaço público, lugar da ação dos atores, refletia essa dicotomia, onde as pessoas não se encontram ligadas ao Estado nem se percebem como parte da sociedade civil.

O movimento ambientalista teve um grande impulso com os pensadores norte-americanos (Ophuls-1977, Paelhke-1989, Cahn-1991). Para vários intelectuais, que iniciaram ensaios sobre o meio-ambiente, houve um maior destaque para a visão política. Nota-se uma forte perspectiva ideológica-moralista nos estudos ambientalistas, destacando que a mudança da sociedade requer uma

revisão de valores para a construção de uma sociedade equilibrada.

Para os ambientalistas, considerados radicais, como Morrison por exemplo, tinha que haver uma mudança significativa no desenvolvimento do industrialismo, pois tal processo não era tratado em si mesmo, mas relacionado a vários outros. A ecologia industrial, idealizada por Morrison (1995), referia-se à eliminação de produtos e processos de produção que são destrutivos, nocivos e insustentáveis e a substituição deles por outros sustentáveis e benéficos. A eliminação do desperdício na utilização da energia e dos recursos. Desenvolvimento de padrões de produção e consumo baseados na reutilização e reciclagem.

A publicação do trabalho intitulado "Limites do Crescimento", na década de 70, cuja tese principal condicionava o crescimento populacional com o econômico, avaliando-os como processos insustentáveis e apresentando uma visão catastrófica, estimulou estudos e ações radicais para a transformação da sociedade.

O questionamento resultante deste processo, fez emergir diversas posições sobre o que fazer para diminuir o crescimento populacional, considerando tal mudança na sua totalidade. Também se propunha o extermínio do Estado. Para isto ocorrer era necessária uma mudança de mentalidade, estes ambientalistas autodenominavam-se cientistas descentralizados.

Nos EUA, na década de 70, jovens doutores, engajados nas mudanças da sociedade, começaram a fazer um minucioso estudo da teoria do Estado. Entre estes autores destaca-se Ophuls, considerado clássico que passou a acreditar que era essencial fortalecer o Estado, para a implementação de políticas ambientais, com uma alternativa segura. Ophuls e Cahn (1995) argumenta que, para evitar o "*Leviatã ambiental, é exigido a criação do "Estado estável"*" baseado em uma economia sustentável.

O debate dicotômico apoiava-se na idéia de que a questão ambiental não deveria estar desvinculada das condições de melhoria

de vida e controle da população. Entrementes, observava-se que faltava um questionamento específico sobre o tipo de desenvolvimento adotado pela sociedade industrial. Nesta época, nos EUA e na Europa, começam a surgir agências preocupadas com a poluição ambiental, nos âmbitos local-estadual-nacional. Mas ainda assim faltava uma visão global.

Solidificava-se entre os ecologistas a idéia de uma organização geral, apoiando-se no próprio Estado-Nação, para controlar o ambiente mundial, uma organização mundial que pudesse influenciar a local.

Nos anos 80 houve uma reação na academia em relação ao movimento ecológico, Neste momento, muitos estudiosos passaram a se preocupar, nos seus estudos, com métodos mais seguros e com teor mais científico.

Paehlke, autor influenciado por Habermas, considera que o mundo atual não é estático, os atores estão em ação o tempo todo; assim, as mudanças são dinâmicas, o espaço público total é o lugar onde o Estado é um dos minimizadores dos problemas sociais. As ações sociais ocorrem por meio de uma ação dialógica entre os atores (Paehlke - 1989).

As perspectivas teóricas mais significativas sobre o ambientalismo são caracterizadas por Paehlke (1989), por ser o ambientalismo um movimento histórico; um grupo de pressão e um novo movimento social. Como movimento histórico, tem forte conotação valorativa e ideológica, sensibiliza diferentes classes sociais, divulgando a idéia da necessidade de sobrevivência do planeta, disseminando esta idéia para vários segmentos da sociedade. O grupo de pressão, assim como vários outros grupos, busca defender uma questão pontual na sociedade, que pode ser momentâneo. Enquanto um novo movimento social, também é contextualizado, podendo ser substituído por outros que surgirem.

A idéia de que o Estado é fundamental, para gerir uma política ambiental, minimizando a ação empresarial e implementação da ação sócio-ambiental, tem-se fortalecido.

No processo de desenvolvimento dos estudos ambientais, a diferença entre o conceito de ambientalismo e ecologismo, estão vinculados. Esta diferenciação, hoje, é um debate superado, entretanto, foi acirrado pelas questões ideológicas do Estado. Predominava a idéia, entre os radicais, de que a técnica levaria a sociedade ao caos. Os ecologistas radicais questionavam a estrutura do capitalismo, e o ponto de vista dos ambientalistas era reformista, perseguiram a minimização do processo de degradação global no próprio capitalismo. Mas, neste momento, o debate entre ambiente e sociedade estava desvinculado. Este debate é superado fundamentalmente porque os discursos radicais perdem força com a queda do socialismo. O reformismo ganha espaço com o processo de globalização, reforçando uma preocupação com o socio-ambientalismo. Morisson (1995), retoma a idéia de democracia clássica nas suas propostas.

A idéia de desenvolvimento sustentável, ganha força nos meados da década de 80. Esta noção tem sua origem no debate iniciado em Estocolmo em 1972, consolidando-se no Rio de Janeiro em 1992 (Guimarães-1995). O tema assume importância no mesmo momento em que o Estado começa a desmoronar enquanto viabilizador de desenvolvimento da sociedade. A noção surge da análise empírica da realidade, o ambiente passou a ser vinculado à sociedade. O desenvolvimento do ambientalismo retoma a importância do local, a máxima *"agir localmente e pensar globalmente"*, começa a ganhar força neste contexto. A ação ambiental passou a ser vinculada com o processo de desenvolvimento da sociedade, compreendendo setores como o: Estado, sociedade civil organizada, empresários, cientistas, entre outros. O Estado desde então passou a incorporar este discurso à sua maneira. A noção de sustentabilidade para Guimarães (1995:114) é compreendida como *"...a manutenção do estoque de recursos e da qualidade ambiental para a satisfação das necessidades básicas das gerações atuais e futuras"*. Assim, sustentabilidade, entendida como sendo a capacidade de desenvolvimento ao nível do local, do ponto de vista do local, sem ser desvinculado do global,

envolve a dimensão da prática, da ética, da perspectiva cultural, muitas vezes confunde-se com o conservacionismo que incorpora preocupações com risco e manejo dos recursos naturais.

## INDUSTRIALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos anos 80, com a internalização da estrutura social nos debates ambientais, a sustentabilidade ganhou uma dimensão mais completa e complexa, relacionada à idéia de governabilidade, de sinergia, de descentralização, considerando-se também a importância da consulta, da negociação, e da participação. Estes conceitos, importantes para os ambientalista-ecologistas moderados, objetiva construir uma sociedade ecológicamente equilibrada, social e politicamente democrática, minimizando o processo de degradação e não exatamente a paralisação do processo de exploração. O desenvolvimento sustentável tem uma conotação técnica e o ator fundamental é o Estado. A sustentabilidade é um conceito mais amplo, com caráter sócio-ambiental, político, cultural e ético. No entanto, os muitos ambientalistas não fazem uma crítica explícita ao capitalismo, têm uma visão mais realista em vista de uma necessidade imediata. Na escala da sustentabilidade, o local não pode estar desvinculado ao global. Entretanto, o dilema atual da sustentabilidade reside na inexistência de um ator cuja razão de ser social fossem os recursos naturais, o que teoricamente é pública (Guimarães-1995).

Para uma compreensão mais específica dos antecedentes destes conceitos é importante relembrar alguns autores. Paehlke (1989), em seus trabalhos, faz uma crítica política e ideológica ao neoconservadorismo. Sua perspectiva globalista do ambientalismo, apresentava uma tensa relação entre o Norte e o Sul, criticando sobretudo as experiências neo-liberais da Inglaterra e dos EUA. O autor recupera a discussão histórica, na atualidade, da preservação e da biodiversidade. Sua perspectiva de desenvolvimento sustentável,

aponta que o equilíbrio entre a racionalidade científica e desenvolvimento tecnológico, é fundamental para o ambientalismo. Representante de uma visão moderada, Paehlke aponta semelhanças entre o neoconservadorismo e o neo-liberalismo. Em alguns aspectos aproxima-se dos neo-liberais, principalmente quanto à postura de descentralização do Estado. Considera que o neo-conservadorismo não tem feito críticas ao Estado burocrático. Diz que as esquerdas não tem propostas concretas. Apresenta três princípios em seus estudos: 1 - diminuição de impactos imediatos nas atividades econômicas no ambiente; 2 - estabelecer padrões sustentáveis de uso dos recursos, tratando primeiro do homem para depois tratar do ambiente; 3 - pensa em profundas mudanças para as futuras gerações.

Na atualidade, com a industrialização, como produzir considerando os elementos sustentáveis? É possível um crescimento moderado para todos os países do planeta? A ciência e a tecnologia desenvolvidas com o propósito de melhorar a qualidade de vida do homem são defendidas por Paehlke (1989), assim como uma descentralização de poder do Estado, implementação de uma justiça social que prioritariamente reduza as horas de trabalho valorizando o prazer e o fortalecimento da saúde e educação. Outro aspecto importante é o equilíbrio entre o administrador/cientista e os diversos atores sociais. Considerando que o ambientalismo está se tornando uma ideologia mais robusta, vem a ser uma ideologia predominante, uma transformação gradual.

O ambientalismo passa a ser importante para as pessoas, na medida que estas passam a enxergar a utilidade da melhoria para a sua vida cotidiana. Qualquer ação que se faz no espaço envolve uma gama de aspectos (culturais, políticos, etc), as resoluções e ações esbarram no político. Qualquer ação no ambiente o transforma. A questão é, como manter um estilo de vida consumista neste padrão de desenvolvimento, sem modificar a natureza e provocar degradação?

O ambientalismo se insere na política de forma expressiva, é usado como um discurso de efeito eleitoreiro constantemente. Mas,

por outro lado, nota-se que o próprio conservacionismo norte-americano entra em crise em prol da emergência da ideologia ambiental. Ao criticar ferozmente o neoconservadorismo, Paehlke (1989), considera que nos EUA os dois partidos assumiram a ideologia liberal. O autor preocupa-se com a falta de discussão sobre as desigualdades sociais e distribuição das riquezas no âmbito mundial. O ambiente é entendido como catalisador de uma nova sociedade, é preciso discutir um modelo estrutural do desenvolvimento. Sua proposta se relaciona a um ecologismo estrutural como parte do desenvolvimento do ambientalismo.

## O ESPAÇO DO BEM COMUM

Cahn (1995), estuda as esferas pública e privada. A partir de 70, os desastres ecológicos passaram, cada vez mais, a interferir no bem comum da sociedade mundial. A qualidade ambiental redefine-se e a preservação do ambiente influí nas gerações futuras. O modelo de autoregulação para limitar a quantidade dos indivíduos conforme a capacidade de sustentação, a busca de uma tecnologia limpa para tentar resolver a degradação, confunde o avanço econômico com o tecnológico. Como a sociedade baseada na visão liberal tratará o bem comum como centro das atenções? Será que o direito de propriedade encoraja o manejo sustentável?

Nas análises de Cahn (1995), muitas questões foram explicitadas, entre elas a dúvida; será que a diminuição da poluição não está de acordo com o bem comum? É necessário uma intervenção governamental? Privatizando o bem comum, usando critérios econômicos, haveria garantia de qualidade ambiental? A humanidade é capaz de reduzir o consumo para diminuir a degradação ambiental? Se a recompensa econômica está acima de tudo, como fica o futuro do bem comum?

A sociedade, no processo histórico, por meio do Estado Nacional estabeleceu, para garantir a sua apropriação, baseando-se

em rios e cadeias de montanhas, marcos delimitando os seus territórios. No âmbito das idéias o que muda não é a natureza, mas o pensamento sobre ela. A natureza é vista como aquilo que não é produzido, aparece como um valor de uso mas, no capitalismo, é um valor de troca largamente explorado (Pinheiro-1997). Na esfera do bem comum, o componente territorial, segundo Santos (1998), supõe uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada.

Para evitar a tragédia ambiental é necessário um Estado estável. O capitalismo consumista é incompatível com a qualidade ambiental. A mudança para uma sociedade sustentável exige um modo diferente de pensar, uma mudança de paradigma. A sociedade sustentável não será acolhida pela cultura liberal que levará a sociedade para a degradação ambiental. A proteção ambiental está relacionada a maximização dos bens materiais. As políticas ambientais do governo norte-americano, têm privilegiado o individual em detrimento do coletivo. Neste sentido, Cahn (1995), propõe valorizar as políticas públicas como, por exemplo, priorizar os transportes de massa, coibir o transportes individuais com multas, conservação da energia por meio da substituição do petróleo pela energia elétrica, entre outras medidas.

A falta de uma política que oriente a produção para o problema da privatização, leva a seguinte questão: que tipo de sociedade garante melhores condições sociais e menor degradação ambiental? Como estabelecer justiça social para garantir que todos usufruam dos bens do capitalismo?

Santos (1998), afirma que o neoliberalismo atribui ao Estado capitalista uma grande cópia de poder sobre os indivíduos a título de restaurar a saúde econômica e assim preservar o futuro. O papel da máquina e do industrialismo no intercâmbio social, o uso da astúcia ou da força nas relações internacionais, a chegada do capita-

lismo corporativo e a instrumentalização das relações interpessoais, a vitória do consumo como fim em si mesmo, a supressão da vida comunitária baseada na solidariedade social e sua superposição por sociedades competitivas, comandam a busca de *status* e não mais de valores. Em tais sociedades corporativas reina a propaganda como fazedora de símbolos e o consumismo como seu portador. Viola e Olivieri (1997), descrevem várias possibilidades de governabilidade, citando por último o cenário de uma sociedade integrada com baixas assimetrias sociais e governabilidade global democrática mas, logo em seguida, afirmam que tal evento é bastante improvável no arranjo do mundo atual.

### **GOVERNABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL - LOCAL OU GLOBAL?**

Sobre o industrialismo, Morrison (1995) demonstra uma preocupação: será que é possível combatê-lo, ou superá-lo? O autor propõe vias transacionais como intermediárias para essa transformação. Uma dessas vias é o chamado salário social, integrado na estrutura planejada do mercado e do Estado. No industrialismo, a indução ao consumo vai além da questão técnica, é uma ideologia que influencia todo o modo de produzir da sociedade. A democracia ecológica deve ser construída por meio do industrialismo já existente. Os princípios básicos para essa construção são: associação, cooperação e confederação. Estes princípios estão na perspectiva do local/municipal e na junção dos vários grupos sociais. As finanças podem ser transparentes e não consideradas apenas como uma questão técnica. É necessário criar instrumentos para facilitar a compreensão das finanças.

O processo de descentralização é fundamental para a ação do processo de democratização da sociedade. Na visão de vários autores, como Porter and Brown (1991), a ONU (Organização da Nações Unidas) tem um papel importante neste processo. Histori-

camente, a ONU tem interferido para resolver problemas e conflitos momentâneos, embora exista parcialidade na intervenção por esta instituição internacional. A democracia radical reflete um processo de descentralização em todos os níveis sociais, compreendendo um sistema de cooperativas. Com o desenvolvimento tecnológico e da informática, o mundo do trabalho modificou-se, o desenvolvimento do pós-industrialismo exige outro tipo de trabalho, as demandas são outras, é uma nova forma de pensar/produzir para entender esta realidade.

Com base nos questionamentos anteriores, qual a relação entre o local e o global? A sociedade civil é mundial? Os interesses entre os diversos grupos culturais podem ser considerados globais, ou gerais, no sentido de favorecer ou possibilitar o bem estar para todos. Estabelecer um benefício por via do Estado, principalmente nos países pobres, onde um número considerável da população necessita de subsídios para resolver uma série de problemas sócio-culturais pré-existentes e que acometem estes povos, de longa data e em várias gerações.

Considerando que os problemas ambientais são globais, e para construir uma democracia ecologicamente global, é importante o envolvimento de todo o planeta, dos Estados e da sociedade civil de todos os países, não é possível deixar de considerar os diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico e também os instrumentos que estas sociedades têm para articular suas ações em função dos interesses globais. Neste sentido, será que as sociedades e Estados dos países pobres terão condições de disputar, administrar e gerir seus meios, e seu ambiente, resolvendo seus problemas sem estes instrumentos tecnológicos? Esta realidade pode configurar-se como uma forma de intervenção dos países ricos nos pobres, por meio do discurso de preocupação com o ambiental?

Embora existam princípios bastantes defendidos entre diversos autores na atualidade, sobre o uso da cooperação (Paehlke, 1989), existe uma subjetividade em definir o que se

entende por estes mecanismos. Sabemos das ações de vários países avançados, justificando o bem estar dos pobres, mas que se caracteriza muito mais como uma invasão, ferindo a soberania dos Estados e dificultando a implementação de políticas ou criação de alternativas que possam surgir das próprias populações. É possível estabelecer um sistema onde existam grupos globalmente organizados em torno de objetivos comuns, e em conjunto com o Estado decidir o futuro de todos? Santos (1998), indica que cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, o mesmo salário têm valores diferentes segundo o lugar em que vivem.

A elaboração de uma sociedade que possa controlar seus recursos e a sua produção, está relacionada ao instrumental técnico-teórico para a sua resolução; os vários povos, com os seus costumes e hábitos culturais, muitas vezes, têm soluções próprias para muitos dos seus problemas, conhecimentos tradicionais que podem dar resultados satisfatórios, no entanto, estão perdendo espaço para padrões exteriores. Mas a questão não é só a prática e o conhecimento resultante da experiência e da vivência, que coloca-se como importante, mas o conhecimento que organiza e sistematiza o próprio conhecimento, embutidos nos métodos, técnicas e recursos da ciência que, no momento, localiza-se nos países ricos industrialmente avançados do norte, o que impossibilita uma autonomia e autodeterminação dos países pobres. Ferreira (1996), afirma que reconhecer várias formas de conhecimento e práticas que recusam o império da fragmentação e dispersão, é um exercício sociológico que está presente em várias modalidades das ações sociais.

Estes desníveis de capacidades de controle e de sistematização do conhecimento, podem influenciar na capacidade de organizar e resolver os problemas ambientais locais. Evidentemente, que, por serem globais, os problemas ambientais, teoricamente, devem ser de interesse de todos, e neste momento não cabe aqui ufanismo, mas é importante considerar que o capitalismo sempre teve capacidade de

transformar tudo em mercadoria, que resulta em lucro. Se esta mentalidade predomina hoje, sabe-se que existem muitos oportunistas, inclusive apoiados pelos governos que podem aproveitar-se deste discurso e utilizar os recursos dos países, principalmente os pobres, em vez de cooperar para o aprendizado ou assimilação de técnicas para os povos cuidarem do seu ambiente.

Na atualidade, determinadas categorias facilitam pensar questões da sociologia com a questão ambiental. Por outro lado, será que a institucionalização da questão ambiental é a solução para resolver estes problemas? Para os ecologistas radicais a ação reguladora deve estar relacionada com as causas, são ações pontuais como, por exemplo, o controle da poluição. Para os ecologistas centralizadores, o Estado é o centro para a resolução dos problemas ambientais. E os não centralizadores, acreditam que a solução está na sociedade civil. Os ecologistas moderados propõe uma articulação entre o Estado e a sociedade civil, preocupados com as causas e as soluções dos problemas, formulando e implementando políticas ambientais.

Embora muitos ecologistas considerem o sistema capitalista produtor de mercadorias, como responsável pela degradação ambiental, porque encontramos nos países de perfil estatal áreas degradadas? Na verdade, nenhum destes países coloca como prioritário na sua agenda, como fundamental, o ambiente. A questão ambiental sempre foi uma política isolada de outras políticas. Será que a solução é a implementação de uma política pública, que se torne uma política econômica articulada e com o mesmo valor para todas as questões da realidade? Embora estas visões tenham um caráter reformista, quando são realizadas conjuntamente, os resultados são mais significativos. As políticas correlacionadas sócio-ambientais também devem estar relacionadas com as internacionais. Para os ecologistas moderados, a questão ambiental diz respeito à esfera pública, a resolução não está apenas no Estado ou na sociedade civil, mas na ampliação da visão sobre a esfera pública. Neste sentido, a globalização, em curso, faz aumentar a esfera privada, globalizar alguns problemas

ambientais pode significar a tentativa de transformar problemas locais e regionais em globais e tornar a responsabilidade de sua resolução, para todos os países do mundo, indiscriminadamente, tornando público o que é privado, atribuindo, por exemplo, a responsabilidade das consequências da operação degradante de uma empresa para toda sociedade, escondendo os verdadeiros responsáveis pelos problemas gerados no ambiente local e global.

A degradação ambiental vai forçar a cooperação global entre os países, fazendo da segurança uma preocupação mundial. Este aspecto pode também transformar-se em obstáculo em função da possibilidade do veto de alguns países. As forças militares não tem a mesma força na questão ambiental como tem nos assuntos políticos. Mas a possibilidade de regimes internacionais, como a construção de um conjunto de normas, regras e decisões podem produzir convergências entre os países.

O desenvolvimento sustentável, paradigma emergente contra a visão neo-conservadora, imprime um novo comportamento sócio-ambiental, que se expressa em duas correntes: o crescimento econômico voltado para eliminar a pobreza e melhorar a qualidade de vida; e a mudança de cultura e estilo de vida. Porter and Brown (1991), apresenta três alternativas para a cooperação global, como: mudanças graduais; parceria para estabelecer novos planos entre o Norte e o Sul; regimes ambientais internacionais, enfraquecendo o poder dos Estados-Nacionais sobre um projeto de cooperação global.

As mudanças graduais, por meio de convenções entre países, podem evitar mudanças radicais. Esta visão trabalha pelo consenso, fixando compromissos, com a vantagem de contratos flexíveis. Os países industrializados pobres, nem sempre se comprometem com a resolução dos problemas ambientais, por outro lado, os países industrializados ricos, não querem transferir dinheiro para subsidiar a pesquisa e programas de recuperação e preservação do ambiente. Os EUA, por exemplo, é o principal bloqueador dos debates sobre a manutenção da biodiversidade de algumas áreas do planeta,

como a Amazônia. A Convenção sobre a Biodiversidade, resultante das discussões da Rio-92, tem como objetivo garantir a proteção e o uso racional dos recursos genéticos do planeta, apresenta medidas concretas para que os países do Sul, "produtores" de biodiversidade, compartilhem dos benefícios científicos e econômicos de sua exploração, com os países "consumidores" do Norte. Mas, como demonstra Guimarães (1995), existem no texto qualitatativos em demasia do tipo "*sempre que isto seja possível ou adequado*", imprimindo uma restrição às propostas iniciais.

A barganha e parceria global, envolvem mudanças nas políticas dos países ricos e pobres. O esforço em conjunto dos países pode garantir um desenvolvimento sustentável. A barganha global suscita novos acordos que ligam assuntos ambientais e relações econômicas entre o Norte e o Sul. Porter and Brown (1991), consideram que é necessário o fim da drenagem de capital líquido dos países em desenvolvimento para os países ricos por meio do escoamento financeiro. Também, defendem um aumento de acesso ao mercado e ao consumo de mercadorias para os países pobres. Os elementos chave deste processo são as transferências de tecnologia e fluxo de finanças.

A parceria global pode surgir do reconhecimento da dependência mútua, da cooperação e do desenvolvimento de indicadores mais precisos para medir o progresso em direção a objetivos traçados previamente. A resistência, por parte de alguns países, resulta das críticas quanto ao alto custo. As mudanças radicais das instituições estão relacionadas a substituição a nível global dos padrões de consumo e deve ter ao nível internacional um organismo que obrigue os países a cumprir seus acordos firmados. Esta instituição pode estar vinculada à ONU? É possível a criação de um corpo legislativo para criar leis e regulamentar ações internacionais? Mas se, atualmente, a questão da biodiversidade é um dos problemas que apresentam maior resistência por parte dos países ricos, fundamentalmente por esta concentrar-se nos países pobres, como monitorar estas questões sem interferir no desenvolvimento dos países pobres?

Porter and Brown (1991), analisam as tendências de administração global e apontam os limites da criação destes mecanismos de regulação mundial. O desenvolvimento de conceitos legais internacionais, para controle, pode reduzir a soberania dos Estados. Estas propostas apresentam muitos problemas, considerando a realidade das relações dos países no capitalismo atual. Existem países hegemônicos no mundo em várias esferas, que exercem influência sobre muitos outros países. Este processo pode acirrar ainda mais o domínio de uma nação sobre outra, considerando as diferenças de poder, de força, e de recursos técnicos-materiais existentes. Sobre a possibilidade de uma governabilidade global, Viola e Olivieri (1997) demonstram que este processo, na década de 90, não se desenvolveu com rapidez equivalente a das outras dimensões da globalização, devido às seguintes razões: 1 - conflito entre as vias oligárquica - promovida pelos G-8 (grupo dos 7 países capitalistas mais ricos, mais a Rússia) e a maioria dos países de renda alta - e democrática - promovida pela maioria dos países de renda média e muitos de renda baixa - de governabilidade; 2 - ausência de lideranças orientadas para o longo prazo - estadistas - nos principais países do mundo; e 3 - o sistema das Nações Unidas - de natureza internacional - bloqueia a emergência de um novo sistema transnacional de governabilidade.

Os primeiros acordos realizados no mundo eram preventivos. A abordagem gradual é o que tende a ser seguida, pois não afeta muito as questões políticas internas dos países, ainda não resolve as diferenças entre o Norte e o Sul, mas pode ter melhor solução por meio de parceria. Porter and Brown (1991), analisando as estratégias globais atuais, acreditam que é improvável que estas ações revertam as tendências de degradação ambiental. A desmilitarização pode ser um caminho para a utilização de recursos e investimento de capitais para melhoria do ambiente. Morrison (1995), alerta para os gastos exagerados em armamentos. Afirma que o militarismo é uma luxúria insana, gastos com armas empobrecem nações e levam as mesmas à guerra. A militarização serve ao industrialismo, o orçamento com a defesa é cerca de metade dos gastos militares mundiais. Mas, na

medida que o econômico é hoje o principal fator de preocupação entre os países, uma recessão global pode deixar a questão ambiental em último lugar nos planos governamentais. Desta forma, só a sociedade civil organizada pode resolver os problemas ambientais. Porter and Brown (1991) afirma que a tomada de consciência da população transformada em ações políticas, pode mover os Estados-Nação na busca de soluções para as questões ambientais.

Mas, considerando o fato acima como correto, quais os valores que constituem o núcleo de uma perspectiva ambiental politicamente eficiente? Paehlke (1989), afirma que a minimização dos impactos negativos das atividades nos ecossistemas e na sociedade humana, deve ser uma solução para o estabelecimento de padrões sustentáveis de uso dos recursos. No entanto, as políticas ambientais vem sendo conquistadas pela equidade das questões sociais? Em conjunto com a preocupação com o ambiente, é fundamental que haja uma intersecção entre as questões ambientais e sociais como, por exemplo, ampliar as oportunidades de emprego e de consumo, equilibrar a inflação, e implementar programas de saúde para toda a população mundial. Uma política criativa que não deve afrontar os interesses econômicos, mas seduzir o mercado e integrar nele a problemática ambiental.

É consenso entre vários estudiosos (Paehlke-1989, Porter and Brown-1991, e outros) que o movimento ambientalista ajuda a fortalecer a prática democrática. Em níveis mais altos de desenvolvimento econômico "sustentável" torna-se, tão importante quanto o desenvolvimento, um equilíbrio razoável que pode ser mais facilmente atingido politicamente. Formas de atividades econômicas "pós-industriais" são provavelmente menos danosas ao ambiente do que as formas industriais básicas. A maior sofisticação tecnológica resulta no monitoramento ambiental e na "separação" das atividades econômicas do prejuízo ambiental por meio de "consertos técnicos".

Numa sociedade equitativa, todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades para se desenvolver. As dimensões funda-

mentais da sociedade eficiente são: avaliação do custo-benefício na tomada de decisões, equilibrada combinação de competição e cooperação nas regras do jogo. A sociedade sustentável mantém o estoque de capital natural, permitindo assim o desenvolvimento das gerações futuras. Numa sociedade sustentável, o progresso é medido pela qualidade de vida. Segundo Ferreira (1996), a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser mantido por meio de uma incisiva intervenção normativa e regulatória do Estado complementada com incentivos de mercado.

Na atualidade acredita-se que se faz necessário a criação de novas instituições para agir e implementar as questões ambientais. Novos métodos de abordagem e ações de controle da poluição e o reconhecimento que o mercado precisa de regulação. Na medida que os problemas ambientais se globalizam, as pessoas ficam “paralisadas” diante da complexidade e enormidade destes problemas. Corre-se o risco de se perder de vista a complexidade das políticas locais, regionais e nacionais. Mas, acredita-se que a tendência dos países do mundo é chegar a acordos e tratados internacionais.

## **O ENVOLVIMENTO AMBIENTAL GLOBAL**

Nos anos 90 a questão ambiental se tornou disseminada na agenda política dos países das grandes corporações globalizadas. A população apoia a proteção ambiental. Nestes termos, o movimento ambientalista não é hegemônico, mas caracteriza-se por múltiplas raízes ideológicas e políticas. Os problemas ambientais estão se agravando. Nos países ricos, o ativismo ambientalista cresceu e se globalizou, todas as organizações expandiram suas atividades. Neste contexto, são necessárias reformas institucionais (Cahn-1991) e é preciso aumentar a capacidade da participação dos atores, formar um “novo senso comum” por meio do reconhecimento dos campos de conflitos e negociações existentes nos espaços multiculturais e dinâmicos, conectados pela ação política. (Ferreira-1996).

Mas como fica o futuro diante destas propostas? Haveria uma nova ordem ecológica? Quais as alternativas? Três estratégias são propostas, por Vig and Kraft (1990), tais como: contra medidas tecnológicas - como controle de poluição; adaptação ativa e antecipação; prevenção e mudanças - esforço constante para reparar as tendências para o futuro.

As políticas ambientais são recentes no mundo todo. Nos EUA, grande número de agências foram formadas nos anos 70. O Estado se aparelhou para satisfazer o número de reivindicações (Vig and Kraft-1990). Os programas federais e estaduais, nos EUA, têm dado ênfase ao desenvolvimento e gerenciamento dos recursos naturais, como ar e solo, enquanto os municípios estão mais inclinados para o tratamento da água, resíduos, parques e reservas (Vig and Kraft and Ferreira-1996). Nos anos 90, observa-se um declínio na implementação de políticas ambientais nos EUA. Porque isso ocorre? Será pelo fato do aumento dos problemas ambientais, que exigem mais ação e investimento do Estado? Na Alemanha, os partidos verdes tem muita força na política ambiental mas, nos EUA, nota-se que os mesmos são fracos, sem força política, apesar de existirem ONGs fortes e mobilizadas.

Mas porque houve um declínio, nos anos 90, das políticas ambientais nos EUA? Tem ficado explicito para o mundo que os maiores produtores de poluição são os países ricos do Norte. O aquecimento global, por exemplo, segundo dados apresentados de 1990, por Yearley (1996), demonstra que a emissão de CO<sub>2</sub> (Dióxido de Carbono) em milhões de toneladas, pelos países do mundo representam uma discrepância, (EUA-4932/Alemanha -970/Japão-1091) e (Brasil-216/India-704). Segundo Cahn (1995), nos EUA, os veículos que transportam só uma pessoa contribuem com mais de 36% de poluentes no ar. O conflito entre o Norte e o Sul está vinculado ao alto nível de consumo e de circulação de veículos. O conflito existe, pois a responsabilidade destes problemas são colocadas como globais, ou seja, todos acabam pagando o ônus deste processo de degradação. As formas de minimizar este processo, podem estar nas

formas de pagamento, sendo que os ricos devem pagar mais porque gastam mais e os pobres menos, porque gastam menos. A Conferência do Rio em 1992, explicita esta questão. Mas, o desinteresse do Estado norte-americano por políticas globais, intensificou na população o interesse pelas ações locais. Isso decorre, principalmente, da burocratização da esfera federal. É mais fácil uma mobilização para as questões locais, que fazem parte do cotidiano das pessoas.

No Brasil, as responsabilidades são distribuídas em vários níveis. A implementação de políticas se faz pela sobreposição entre o local, municipal, estadual e federal. Este fato, acaba causando conflitos entre os diversos níveis de autoridade, considerando-se que eles podem ter perspectivas diferentes. No Brasil, as questões ambientais, ainda, não são consideradas políticas públicas, o que difere dos EUA que incorporou estes problemas no conjunto dos planos econômicos e sociais.

Diante destes problemas, é possível afirmar que a degradação ambiental e a poluição são influenciadas pela economia política da produção contemporânea, pelo comércio e regulação? A economia moderna, na visão de Yearley (1996), distinguiu-se pela sua escala, pela natureza da produção moderna e a maneira pela qual a atribuição de preços funciona em uma economia de mercado livre. A poluição não é exclusiva da economia de livre mercado. Mas são nos países pobres da atualidade, que a poluição está mais ligada ao processo de desenvolvimento, o que acarreta uma sobrecarga para estes países na resolução destes problemas.

Entre as várias questões apresentadas por Yearley (1996), sem dúvida destaca-se a seguinte: todos os problemas globais podem ser considerados globais? O autor concorda que alguns processos podem ser considerados globais, como o aumento do nível do mar por exemplo, entretanto, os fenômenos possuem diferentes impactos em diferentes lugares do planeta, o que depende de diferenças geográficas e econômicas. Assim, as concepções sobre desafios globais e as chamadas para assumir as responsabilidades, podem ser engana-

doras e tendenciosas, tornando-as um problema ideológico. As dificuldades em dar respostas unificadas para os problemas globais resulta na influência desunificada, nas diferenças geográficas e em riquezas. Os próprios apelos à globalidade são interpretados como expressões de interesses especiais.

Os governos dos países ricos, historicamente, têm resolvido seus problemas às custas do potencial de desenvolvimento dos países pobres. Ao restringir a industrialização do Sul, os países do Norte reforçam as desigualdades econômicas. Os problemas ambientais complicam-se no desacordo sobre quais assuntos são de conteúdo ambientais globais. Muitos ativistas do Sul, têm tentado argumentar que a pobreza, em si, já é um problema sócio-ambiental. Deste modo, se um problema é global, pode-se suspeitar que todos deveriam se preocupar igualmente com ele. A ciência, por meio de suas análises, tem contribuído para a identificação e mensuração dos problemas ambientais globais. Mas, é importante destacar que um imperativo da ciência moderna do ocidente é a aspiração a generalizações universais, influenciando sobremaneira a formulação e orientação dos projetos globais.

Outra questão exposta por Yearley (1996), é : de quem é a responsabilidade de decidir e escolher quais problemas ambientais são globais? As ONGs (Organizações Não-Governamentais), desde a década de 70, têm procurado, nos países do Norte, estimular a consciência e o interesse da mídia com respeito à crescente evidência da poluição e os seus possíveis efeitos na saúde, à perda de áreas intocadas e aos perigos à vida silvestre. Vários grupos, como o Grenpeace, Fundo Mundial para a Natureza, entre outros, perceberam que uma parte da poluição é inerentemente transnacional; os países onde estes grupos têm mais apoio não estão protegidos da contaminação dos alimentos produzidos nos países pobres, por exemplo.

Os grupos do Sul tem se unido aos do Norte para documentar e combater as intenções das companhias comerciais e as políticas danosas ao ambiente das organizações monetárias internacionais,

para chamar a atenção dos políticos para os problemas do esgotamento de recursos. As ONGs têm encontrado oportunidades promissoras para cooperação internacional. Mas Yearley (1996) aponta um problema: As ONGs são representativas? Quem elas representam? Até que ponto podem ser levadas em conta? Na Conferência para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, todo tipo de ONGs foram aceitas para ser representadas, como indígenas, juventude, mulheres, pequenos fazendeiros, além de ligadas ao ambiente e desenvolvimento. No entanto, observou-se cerca de 60 grupos de interesses industriais na lista das ONGs. A questão é que as ONGs não possuem mandato político oficial, não são eleitas por ninguém. Desta forma, não são democráticas. As entidades mais ricas, provenientes dos países do Norte, garantem uma participação mais sistemática, enquanto as entidades dos países do Sul são sub-representadas; assim, a definição dos problemas ambientais acabam refletindo o ponto de vista dos países do Norte.

As firmas e autoridades são outros atores apontados por Yearley (1996). Sabe-se que a maioria dos problemas ambientais, resulta da atividade econômica, muitas empresas buscam harmonizar as regulações para uma situação ambiental melhor. Entretanto, uma alta qualidade ambiental pode reduzir a competição com os produtores "menos verdes". As empresas que têm mais condição de pesquisa e desenvolvimento, têm interesse em introduzir padrões ambientais mais rígidos. Embora seja um fator positivo, este fato pode acarretar um fortalecimento dos monopólios existentes.

As organizações estatais e supranacionais, atuam como agentes de globalização. Muitos governos ainda tendem a pensar nacionalmente e agir nacionalmente. Mas, já existem muitos governos que têm agido de outra maneira, têm aceito que certas medidas em relação ao ambiente devem ser coordenadas acima do nível nacional. Os governos aprenderam que eles precisam se preocupar com as políticas dos seus vizinhos. Os governos possuem interesse objetivos e pontuais na qualidade do ambiente. Podem se preocupar com as conseqüências da poluição dos países vizinhos para a saúde

de seus cidadãos. Assim, é do interesse dos líderes da política ambiental exigir que os outros elevem seu padrão. Trabalhando em conjunto, muitos governos podem se beneficiar, estabelecendo órgãos que são delegados para propor e implementar políticas comuns. Para tentar melhorar as negociações dos tratados, os comitês da ONU têm tido um papel chave em introduzir o vocabulário e as ferramentas conceituais para o desenvolvimento da política ambiental transnacionais.

Mas os limites para a resolução dos problemas ambientais, nos países do Sul, largamente citados anteriormente neste texto, agravam-se no cotidiano, pelos elevados níveis de desigualdade social, agravados na última década pela exclusão social. Neste sentido, a construção de mecanismos globais para regulação dos problemas ambientais mundiais, deve ser realizada em conjunto com programas de justiça distributiva de bens e serviços, universalização das políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social. Guimarães (1995), afirma que é a sustentabilidade política do desenvolvimento que se encontra estreitamente vinculada ao processo de construção da cidadania, garantindo a incorporação plena das pessoas no processo de desenvolvimento.

Leis (1995), comenta que o desafio dos problemas globais requer cooperação e compreensão entre os países com diferentes culturas e graus de desenvolvimento, circunstâncias que não seriam possíveis sem uma participação ativa e autônoma de representantes da sociedade civil, que reintroduzam valores de orientação ética e epistêmica no processo de tomada de decisões.

Segundo Cahn (1995), o capitalismo expansionista é incompatível com a qualidade ambiental; essa melhoria pode somente ser possível por meio de um padrão econômico que equilibre a capacidade da exploração dos recursos naturais com a produção, o consumo e o desperdício. A mudança para uma sociedade sustentável, em escala global, exige uma mudança de crenças entre as populações dos países do mundo.

## PALAVRAS FINAIS

Diante dos problemas apontados no texto, pode-se afirmar que o momento traz consigo mais incertezas do que garantias de sustentabilidade. O montante de investimentos da ciência e tecnologia, pelo capitalismo global, tende a intensificar o processo de apropriação da natureza, implementando no consumo mais produtos, envolvendo mais recursos naturais.

Os problemas ambientais adquirem visibilidade global, e a gestão dos recursos exigem uma normatização internacional para permitir uma governabilidade em grande escala, permitindo o uso sustentável da natureza. Também, com a globalização, ampliam-se os problemas de desigualdades sociais nos Estados nacionais e entre os países, acirrando os conflitos entre os ricos e os pobres.

O Estado vem perdendo a soberania nacional gradativamente, seu espaço de ação está sendo ocupado pelo mercado que, na perspectiva neoliberal, privatiza, desregulamenta, deixando para estas instituições, antigas atribuições de controle social e de intervenção militar. Evidentemente que o poder e a força destes Estados são variados, pelas condições materiais e imateriais, concentração de tecnologia e capital.

Mas, apesar dos pessimismos, o desenvolvimento tecnológico das comunicações e informática, o aumento das Organizações Não Governamentais, da idéia de justiça social para todos e da melhoria da qualidade de vida, divulgada pelos próprios meios do desenvolvimento capitalista, têm suscitado, em largos setores da população, uma tomada de consciência, ainda que lenta, no sentido de levar as pessoas a perceberem o ambiente na sua totalidade.

Considerando que a globalização é também um processo de fragmentação é notório, no presente, uma preocupação na sociedade pelas questões locais. Os novos movimentos sociais, muitos deles setorizados (mulheres, negros, índios, consumidores, homossexuais, sem-terra, sem-teto, etc), não só têm buscado realizar

seus objetivos como construir sua identidade. A cidadania é uma construção e este processo, na atualidade, ocorre juntamente com a dimensão do território. Enfim, por meio de uma reaproximação da natureza perdida do homem, busca-se um ambiente saudável que possibilite o bem estar geral e o equilíbrio ecológico.

## BIBLIOGRAFIA

- CAHN, M. A. **Environmental deceptions the tension between liberalism and environmental polcymaking in the United States**, Albany: State University of New York Press, 1995.
- FERREIRA, Leila da Costa. **A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local**, IN *Incertezasde Sustentabilidade na Globalização* (Ferreira, L.C. e Viola, E. -org), Campinas: Ed UNICAMP, 1996.
- GUIMARÃES, Roberto P. **O desafio Político do desenvolvimento sustentável**, IN *Revista Lua Nova*, N. 35, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1995.
- IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LEIS, Hector R. **Globalização e Democracia após a Rio-92**, IN *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização* (Ferreira, L. C. Viola,E.-org), Canpinas: Ed UNICVAMP, 1996.
- MORRISON, R. **Ecological democracy**, Boston: South end Press, 1995.
- PAEHLKE, R. **Environmentalism and the future of progressive politics**, New Haven and London: Yale University Press, 1989.
- PINHEIRO, Antonio Carlos. **O Espaço Urbano e a Questão Ambiental**, IN *Revista Humanitas* N. 1, Campinas - ICH-PUC-Campinas - Ago/1997.

- PORTER, G. and BROWN, J. W. **Global environmental politics. Dilemmas in world politics.** Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press, 1991.
- RODRIGUES, Arlete M. **A questão ambiental e a (re)descoberta do Espaço: Uma nova relação Sociedade/Natureza?** IN *Boletim Paulista de Geografia*, N. 73, São Paulo: AGB, 1994.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**, São Paulo: Nobel, 1998.
- \_\_\_\_\_. **.Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**, São Paulo: Hucitec, 1996.
- VIOLA, Eduardo, OLIVIERI, Alejandro. **Globalização, Sustentabilidade e Governabilidade Democrática no Brasil**, IN *A Sociedade Democrática no Final do Século*, (Trindade, A.A.C. e Faro.M.-org), Brasília: Paralelo, 1997.
- VIG, J. and KRAFT, M. **Environmental policy in the 1990s.** C. Q. Press, Whashing, d.c. 1990.
- YEARLEY, Steven. **Sociology Environmentalism Globalization**, London: Ed Sage Publications, 1996.